

## Os discursos de / sobre o inconsciente: Psicanálise e Filosofia

GHYSLAIN CHARROU (\*)

O inconsciente fala, dizem os psicanalistas, nessas formações que são o sonho e a transferência, o lapso e o dito de espírito, o sintoma e o fantasma. A prática analítica toma por tarefa interpretar estes discursos *do* inconsciente e a teoria justifica esta prática por um discurso *sobre* o inconsciente. Distinguimos deste modo o discurso em que o sujeito enunciador é o inconsciente daquele em que o inconsciente é o objecto do discurso. É porém, necessário que nos interroguemos até onde tem cabimento esta oposição: não tem afinal, todo e qualquer discurso a sua fonte no consciente e não é ele sustentado pelos desejos e os fantasmas inconscientes do sujeito da enunciação? A tradição pretendia que é à epistemologia ou filosofia das ciências que cabe reflectir sobre o estatuto dos conceitos e das teorias, situar os tipos de discurso, determinar a respectiva validade e limites. Mas em que se transforma o próprio discurso epistemológico se se supõe o inconsciente? Como pode esse discurso escapar às armadilhas do inconsciente uma vez que trata dos outros discursos sobre o inconsciente? Em suma, a hipótese do inconsciente obriga-nos a retomar, de

um modo novo, a questão das condições de possibilidade da verdade. Na nossa opinião, apenas uma teoria da enunciação, que é também uma determinação do conceito de inconsciente, nos permitia precisar as distinções e as relações entre discurso do inconsciente, discurso psicanalítico sobre o inconsciente, discurso filosófico que toma por objecto o inconsciente e a psicanálise.

Entre o psicanalista e o filósofo, existe uma guerra a propósito do inconsciente. Cada um está convencido de que sabe mais acerca desse estranho energúmeno e nunca se cansa de lembrar ao outro o seu desconhecimento. A realidade do inconsciente assedia o gabinete do analista. Este, em todo o lado dela encontra traços. Como o crente que no mínimo acontecimento vê a intervenção do Deus, do mesmo modo o analista vigilante nunca se vê longamente privado de indícios do inconsciente. Este fala por enigmas, todavia abundantes para aquele que a tal tem dispostos o ouvido e o coração. Os psicanalistas acham que os outros, e os filósofos em particular, são surdos à música do inconsciente. Os pontos obscuros que os afligem chegam mesmo a impedi-los de se aperceberem que são surdos. O que faz dizer a F. Roustang que «a descoberta do inconsciente é praticamente

---

(\*) Psicanalista.

rejeitada e que ela permanece para o pensamento filosófico um escândalo inaceitável»<sup>(1)</sup>.

Mais generoso, Freud tinha admitido que os poetas e os filósofos tinham descoberto o inconsciente antes dele. Apressava-se porém a acrescentar que tinha sido ele quem descobrira o «método científico» que permite estudar o inconsciente. Mas os filósofos das ciências que se debruçam sobre a psicanálise acham a sua cientificidade bem duvidosa<sup>(2)</sup>. Seguros da sua descoberta do inconsciente, os psicanalistas declararão os seus juízes incompetentes para falar do estatuto epistemológico do seu objecto e do seu discurso porquanto não fizeram a experiência do inconsciente na cura. Segundo eles, esta indica que é, antes de tudo, necessário rever a ideia de ciência e mostrar aos filósofos quão ingénuas e ilusórias são as suas pretensões transcendentais. Os psicanalistas ver-se-ão sempre tentados a interpretar a recusa dos cientistas e dos filósofos em mudar as suas concepções e as suas normas como uma resistência ao reconhecimento do inconsciente, e mesmo como uma indicação suplementar de realidade do inconsciente por eles promovido. Logo, cada um utiliza os seus próprios conceitos e teorias como armas para forçar o adversário a renunciar às suas posições.

Quer isto dizer que seria possível pôr cobro ao conflito atribuindo a cada disciplina um território (um objecto) e uma competência (método e ponto de vista) específicos de maneira que nenhuma pudesse constituir-se perante a outra como lei? Cada uma seria, então, soberana no seu domínio. O problema é que justamente a filosofia assinaria a sua sentença de morte se renunciasse aos seus objectos transcendentais ou

totalizantes; porquanto a psicanálise, por seu lado, se pretende habilitada a interpretar qualquer produção psíquica, a filosofia inclusive, porque o inconsciente trabalha o sujeito filosofante na própria elaboração do discurso. Encontramo-nos, portanto, diante de um insuperável impasse? Não será necessário dizê-lo: este artigo não visa resolver este imenso problema. Dar-nos-íamos por satisfeitos se pudéssemos definir um pouco do que é próprio da psicanálise na sua referência ao inconsciente e mostrar em que é que a teoria da enunciação proposta pelo filósofo V. Descombes<sup>(3)</sup> nos permite repensar o estatuto do conceito de inconsciente e as condições de possibilidade da verdade.

A psicanálise tem por objecto a relação que o saber mantém com o inconsciente. Mas, enquanto corpo de saber — isto é, conjunto de conceitos e de hipóteses — a própria psicanálise é sustentada, ao mesmo tempo, por um desejo consciente de saber e pelas metamorfoses do desejo inconsciente. Se considerarmos o nascimento da psicanálise, apercebemo-nos de que a transferência foi a condição da descoberta do inconsciente<sup>(4)</sup>. Freud encontrou-se numa situação transferencial com Fliess, e constituiu-o sujeito suposto saber. Fliess apresentava as suas ideias como válidas no plano da ciência positiva. Durante anos, Freud recebeu-as como tais: tomava como verdade objectiva e científica as teorias da bissexualidade da periodicidade biológica, da correspondência das estruturas do nariz e dos órgãos genitais. O que hoje chamamos delírio de Fliess sobrevive na teoria psicanalítica, mas reinterpretado, sob os termos de bissexualidade

(1) F. Roustang, «Des philosophes et de l'inconscient», in *L'Inconscient*, N.º 4, 1967, p. 116.

(2) Ver, a este respeito, B. A. Farrell, *The Standing of Psychoanalysis*, Oxford University Press, 1981, 240 pp.

(3) Na sua obra *L'inconscient malgré lui*, Les Éditions de Minuit, 1977, 180 pp.

(4) Inspiramo-nos, aqui, nos dois textos de O. Mannoni: «L'Analyse originelle», in *Clefs pour l'Imaginaire ou l'Autre Scène*, pp. 115-130; «L'Analyse originelle» (cont.), in *Un commencement qui n'en finit pas*, pp. 11-55.

psíquica, de repetição, de simbolismo sexual do nariz como modelo de deslocamento. O paradoxo é, contudo, que, se Freud tivesse qualificado desde o início o discurso de Fliess de delírio, em vez de o tomar por uma teoria científica verdadeira, o discurso freudiano e a psicanálise não se tornariam no que hoje são. Um paciente nunca esquece, afirma Freud, aquilo que descobriu na transferência. Porquê? Porque a verdade aparece à luz do dia ou porque a situação transferencial faz com que o analisando atribua ao analista o saber e creia verdadeiro o que este diz?

Qualquer analisando se encontra em relação ao seu analista na situação em que Freud se encontrava em relação a Fliess. Aqui o paradoxo está em sustentar que a transferência é o principal agente de mudança do paciente e o lugar onde aparece a verdade segundo os desejos inconscientes, mesmo que ele venha posteriormente a descobrir que o seu analista, como Fliess, delirava. Mas o psicólogo ou o filósofo, quanto a eles, não verão na situação analítica e na transferência mais um rito eficaz de iniciação, uma máquina de fazer crer, que um lugar de descoberta da verdade? Aliás, esta técnica de convencer tem os seus falhados; prova: os dissidentes e os desconversos<sup>(5)</sup>. Se é a transferência o instrumento da descoberta do inconsciente, não será a liquidação da transferência a condição para que cesse a crença no sujeito suposto saber, e que faz emergir no antigo analisando a capacidade de julgar as interpretações e as teorias, desta vez em seu próprio nome e em completa independência de espírito? Para não repetir indefinidamente o delírio de Fliess, não teve Freud de elaborar a sua própria teoria? E não é a situação a mesma para qualquer analisando?

---

(5) A obra recente de J. Van Rillaer, *Les illusions de la psychanalyse* (Pierre Mardaga, 1980, 1980, 416 pp.), oferece, a este respeito, informações que merecem exame.

Poder-se-ia definir a transferência como o «*quiproquo* do inconsciente»<sup>(6)</sup>. Trata-se de um equívoco: o analisando projecta o seu desejo inconsciente sobre o analista. Se toma este último por um sujeito suposto saber, é porque deseja ver realizado no analista o seu próprio desejo inconsciente de saber. A escuta do analista, o seu silêncio, tal como as suas intervenções interpretativas, deveriam permitir ao analisando a descoberta dos seus desejos e conflitos inconscientes. A psicanálise elabora a teoria da transferência e a da interpretação. Estas justificam a sua prática e a posição que ele ocupa no espaço analítico. Transferência, interpretação, teoria, eis pois as três dimensões essenciais da psicanálise.

Tudo começa com a transferência, que é uma «mobilização do inconsciente em relação com o analista»; a interpretação da transferência sucede-lhe; enfim, a teoria procura pensar as condições da transferência e da interpretação. Sem transferência, não há descoberta possível do inconsciente. Mas foi necessário bastante tempo antes que se reconhecesse que a transferência é o mais poderoso agente da cura. Quando o inconsciente da sua paciente se manifestou na transferência, Breuer fugiu. E o próprio Freud se censura, em 1905, ao comentar o caso Dora, por não ter sabido evitar a transferência. Os analistas contemporâneos censuram-lhe-iam antes o não ter sabido utilizar a transferência, isto é, interpretá-la. A transferência é um sintoma. É também como um sonho a interpretar. É aquilo contra que Freud se preveniu, em 1907, na sua análise de *O homem dos Ratos*. Mas, dir-se-á, não há também uma patologia da interpretação, a saber, a superstição ou o delírio? É o que impede o analista de se entregar a «interpretações supersticiosas», de brincar ao adivinho, ou ao curandeiro? Podemos respon-

---

(6) M. Neyraut, *Le transfert*, P.U.F., 1974, p. 7.

der a esta questão, com O. Mannoni, que a teoria funciona «como um controlo». Ele precisa: «Uma teoria é um conjunto de proposições — ligadas ou não entre elas — que obriga a responder com um sim ou com um não a um conjunto de questões que, desta feita, constitui o seu campo» (7).

Esta definição, verificamo-lo, é muito englobante. Não coloca ainda a questão da verdade. «Quem diz teoria não diz verdade, sabemos-lo, mas ficção. Estas ficções são mais ou menos esclarecedoras e eficazes» (p. 30). Assim, na *Interpretação dos Sonhos*, por exemplo, Freud propõe primeiro um método de interpretação e depois, no capítulo VII, uma teoria. Este capítulo tenta responder à questão: que é necessário suportar para justificar a possibilidade e a existência da interpretação? Os capítulos anteriores tratam da questão: o que nos ensina uma interpretação justa e qual o seu alcance?

Mas, poderemos perguntar, o que nos permite apartar as teorias respeitáveis do ponto de vista do saber, das que poderíamos dizer delirantes ou supersticiosas? Afinal, as teorias astrológicas, mitológicas ou religiosas são também teorias que justificam interpretações. A que faz apelo o psicanalista para mostrar a si próprio e aos outros que as suas teorias do sonho e da transferência devem ser preferidas às outras teorias concorrentes? Freud e muitos dos seus sucessores parecem-nos ocupar uma posição paradoxal no campo do saber. Por um lado, recusam as condições e as regras da ciência e, por outro lado, pretendem continuar a tirar proveito da respeitabilidade de que a ciência está aureolada. Defendem-se tanto contra «o ostracismo da ciência oficial» como contra as teorias por eles qualificadas de supersticiosas, de mágicas ou de filosó-

ficas. Todas estas teorias não sabem reconhecer o inconsciente que nelas se diz sem que dele tenham conhecimento. Elas são incapazes de fundar uma interpretação do discurso histórico ou do dialecto obsessional. Deste modo, o que os exorcistas e os diábolos tinham interpretado como crises de possessão, Freud interpreta-as como crises históricas e põe-se à procura dos desejos, dos fantasmas e dos mecanismos inconscientes que causam estes fenómenos. É o que ele chama substituir termos supersticiosos por termos científicos. Como fazer a divisão entre o científico e o supersticioso, dado que de uma e de outra parte se recorre a ficções supostas verdadeiras? Não é o pôr à prova as ficções utilizadas um elemento determinante para distinguir entre os discursos? Se nunca houvesse ocasião de fazer essa prova, nada impediria o analista de tomar as suas teorias e as suas interpretações pela verdade. Em que é que a sua convicção de possuir o verdadeiro seria diferente da convicção supersticiosa? Se não corre qualquer risco de ser refutado, quando invoca tal entidade ou tal hipótese, não pode ser apanhado em falta. A teoria, diz-se, justifica a transferência e a interpretação. Mas então como pode uma interpretação refutar a teoria?

Se é tão difícil determinar o estatuto da psicanálise, «é porque ela avança sobre dois fios, dos quais um é a transferência, o outro a teoria» (p. 23). As outras disciplinas fazem abstracção da transferência. É corrente chamar científicos aos saberes que empregam conceitos operatórios (8) e teo-

---

(8) «O inconsciente, epistemologicamente, não é uma noção operatória» (J. Laplanche, «La référence à l'inconscient», in *Psychanalyse à l'Université*, tomo 3, n.º 11, 1978, p. 419). Sobre esta noção de operatório ver: J. Ladrière, *Les enjeux de la rationalité*, Aubier, 1977, pp. 27-52; J. Ullmo, *La pensée scientifique moderne*, Flammarion 1969, pp. 23-48.

---

(7) O. Mannoni, *Um commencement qui n'en finit pas*, p. 37.

rias refutáveis<sup>(9)</sup>. Assim, a teoria dos sonhos de Freud não pode ser dita científica porque não é empiricamente refutável. «Não se vê, escreve Mannoni, como poderíamos deduzir um sonho do capítulo VII, e que este sonho deduzido seja contradito pelo sonho 'observado'. Um tal rigor não existe!» (p. 38). O que é reconhecer que a psicanálise não obedece à metodologia científica ordinária. A título de exemplo, tomemos a proposição de que o sonho é realização de desejo. Se o analista não consegue revelar um desejo inconsciente realizado de maneira disfarçada nos pensamentos manifestos dos sonhos, não considerará, por isso, a tese apanhada em falta, admitirá simplesmente que não conseguiu encontrar o desejo em questão. E poderá explicar o seu fracasso invocando ou a sua contra-transferência ou as associações insuficientes do seu paciente ou mil outras razões. Para que a teoria seja refutável, seria necessário que se pudesse deduzir dela um conteúdo explícito que pudesse eventualmente ser contradito pelo conteúdo manifesto de um sonho. Ora isto é impossível. A teoria proíbe-nos que nos limitemos ao relato manifesto. Por hipótese, apenas a operação interpretativa nos permite descobrir o desejo inconsciente que se postula aí estar presente. Seria necessário ter já feito a prova da verdade da interpretação para que se possa mostrar falsa a teoria. Mas a interpretação, para existir, deve supor verdadeira a teoria. Encontramo-nos na situação em que nenhum conteúdo manifesto apreendido independentemente dessa teoria poderia vir a contradizer implicações empíricas deduzidas da teoria de que o sonho é realização de desejo inconsciente. É certo que se pode continuar a pensar que há aí um postulado fecundo. Podemos julgá-lo pelo seu valor heurístico.

(9) V. K. Popper, *Conjectures and Refutations*, Harper and Row, 1968, 418 pp. C. G. Hempel, *Éléments d'épistémologie*, A. Colin, Col. U<sup>2</sup> 1972, 184 p.

Mas a menos que se dê à palavra um sentido particular, é-nos interdito qualificar esta teoria de científica.

Em lugar de procurar reenviar a psicanálise para as outras ciências positivas, mais vale reconhecer o estatuto paradoxal que as suas três dimensões lhe dão. Enquanto teoria, ela visa o unívoco, o universal, procura responder às questões por sim ou por não. Mas, no discurso transferencial, «sim» pode querer dizer «não», e inversamente<sup>(10)</sup>. É este discurso que constitui o objecto da psicanálise. Aí aflora a sombra do inconsciente, aí se abre o campo do interpretável. Haverá maneira de pensar as relações entre teoria, interpretação, transferência? Por um lado, a interpretação não é dedutível da teoria, por outro ela supõe-se redutível aos efeitos da transferência, porque pretende dela dizer a verdade. Aliás, a interpretação não é apenas aquilo que permite descobrir o desejo inconsciente singular que é dito no idiolecto transferencial, ela é ainda necessá-

(10) O analista adopta, a respeito do discurso transferencial, a mesma atitude interpretativa que a respeito do sonho. «Extraído do sonho de uma menina que apresenta uma forte fixação ao pai e que tem dificuldades em exprimir-se na análise: ela está sentada no quarto com uma amiga, vestida apenas com um quimono. Um senhor entra e ela sente-se incomodada na sua presença. Mas o senhor diz 'Olha a menina que já vimos uma vez tão lindamente vestida'. O senhor sou eu, e, remontando mais longe, o pai. Mas nada é possível fazer do sonho enquanto não nos resolvermos a substituir, no discurso do senhor, o elemento mais importante pelo seu oposto: 'Olha a menina que eu já vi uma vez *despida* e que era então tão linda'. Na sua infância, ela dormiu algum tempo, de três a quatro anos, no mesmo quarto que o pai, e todos os indícios mostram que ela se descobria, durante o sono, para agradar ao pai. O recalçamento do seu prazer exibicionista, que prosseguiu desde então, motiva, hoje, na cura, a sua atitude fechada, o seu desprazer em mostrar-se sem vestes». (S. Freud, «Remarques sur la théorie et la pratique de l'interprétation du rêve», in *Psychanalyse à l'Université*, tomo 3, n.º 12, 1978, p. 561.

ria ao própria analista para que não seja arrastado para fora do seu lugar nesse gênero de situações de mal-entendido que a vida corrente apresenta <sup>(11)</sup>. Mesmo quando o analista se cala na sessão, o seu trabalho exige que ele interprete para si próprio as palavras do seu paciente. Uma vez que a interpretação não é deduzida da teoria, ela não pode constituir uma corroboração verdadeira da teoria nem uma refutação desta. A descontinuidade lógica entre interpretação e teoria torna mais complexo o pôr à prova uma e outra. Além disso, sendo o discurso transferencial tratado como o conteúdo manifesto de um sonho, o analista proíbe-se de se limitar à letra deste discurso para testar as suas interpretações e as suas teorias. A procura da verdade é, contudo, uma exigência essencial desta prática. Quem a ela renunciasse seria, no pior dos casos, um impostor cínico, no melhor, um curandeiro.

Se o «psicanalista» se contentasse com funcionar apenas sobre o fio da transferência, poderia muito bem obter resultados terapêuticos. Mas já não seria psicanalista no sentido em que Freud o entendia, porque a dimensão teoria ficaria perdida. A interpretação não se dá por oráculo ou conselho, pergunta ou sugestão. Ela pretende-se um saber sobre o inconsciente, uma revelação «verdadeira» deste. Mesmo que haja falta de continuidade entre as três dimensões que são a transferência, a interpretação, a teoria, a verdade é que a psicanálise não existe senão pela tensão entre elas. «O saber analítico não é essencialmente um saber *sobre* o inconsciente — mas um saber em que o inconsciente tem a sua parte e preenche uma função. Defini-lo como saber *do* inconsciente seria aceitável, se fosse possível manter sem desfalecimento a ambiguidade deste

‘do’» <sup>(12)</sup>. Num certo sentido, o inconsciente é o *sujeito* que sabe por quanto se diz na transferência; por outro lado, ele é *objecto de saber*, objecto da interpretação e da teoria que o analista elabora. Compreendemos, então, que a formação do ofício de psicanalista implique uma análise pessoal, já que só a experiência da transferência permite descobrir o inconsciente, ouvi-lo falar. E para o ouvir *bem*, é necessária a interpretação do analista. O analisando torna-se, ele próprio, analista quando se põe a interpretar o discurso transferencial dos seus pacientes e, por sua vez, a teorizar.

Pelo próprio facto da sua tripla dimensão, a psicanálise transmite-se de uma maneira diferente das outras disciplinas. Pela vertente transferência, ela é rito de iniciação; pela vertente teoria, ela apresenta-se como saber a discutir. Quem se interroga sobre a transmissibilidade da psicanálise, encontra-se de novo confrontado com o seu estatuto epistemológico paradoxal. «Se a psicanálise renunciasse a pretender-se uma ciência transmissível, independente daquele que a fundou ou dos que a refundem pela sua teorização, cairia fatalmente no ocultismo e na magia» <sup>(13)</sup>. Mas sabemos igualmente que os analistas freudianos o vieram a ser por essa espécie de conversão interna que neles produziu a transferência sobre o seu analista e o discurso fundador de Freud. Os psicanalistas freudianos de hoje não se referem ao discurso de Freud como os astrónomos ou os filósofos contemporâneos se referem às teorias de Newton ou de Platão. «O facto de acreditar na cientificidade efectiva da análise, faz esquecer que a transferência é a fonte dela. A transferência torna-se, então, obscura, não analisada e inanalizável» <sup>(14)</sup>. A convicção teórica está à me-

---

<sup>(12)</sup> O. Mannoni, *Un commencement qui n'en finit pas*, pp. 67-68.

<sup>(13)</sup> F. Roustang, *Un destin si funeste*, Ed. Minuit, 1976, p. 86.

<sup>(14)</sup> F. Roustang, *Un destin si funeste*, p. 88.

---

<sup>(11)</sup> O. Mannoni, «Le silence», in *Psychanalyse et Politique*, Ed. Seuil, 1974, p. 189.

dida da paixão da transferência inconsciente. O amor recalcado reaparece sob a forma de dogmatismo. A teoria é sustentada como verdadeira por aqueles que amam o mestre que a formulou. Preocupamo-nos em fazer a divisão entre os ortodoxos e os dissidentes. A transferência é uma relação de autoridade. Por um acto de fé e de amor, o sujeito crê naquele a quem atribui um saber. A estratégia do analista é deixar formar-se a transferência para, em seguida, poder dissolvê-la. Mas, se observarmos os psicanalistas e os seus debates, parece que a dissolução efectiva da transferência põe problemas teóricos e práticos consideráveis<sup>(15)</sup>.

Entre discurso do inconsciente e discurso sobre o inconsciente, a relação é de *desconstrução* recíproca. Nenhum se realiza senão anulando o outro, fazendo-o submeter-se às suas leis. O dizer do inconsciente surge de imprevisto nas falhas do discurso consciente. Destruói a coerência e desobedece às leis da consciência. A interpretação e o discurso teórico sobre o inconsciente retorque constituindo o discurso inconsciente em objecto de pensamento. Deste modo, o texto de Freud *O Inconsciente* não tem em vista minar o discurso do inconsciente. Faz deste a teoria, e desconstrói-o. É um trabalho de desligamento e de reconstrução. Põe-se aí a questão das provas da existência do inconsciente, do sentido do termo «inconsciente», das propriedades do sistema inconsciente, do reconhecimento do inconsciente. A intenção de Freud, neste texto teórico, não é deixar falar o seu próprio inconsciente, isto é, os seus desejos, fantasmas ou conflitos recalcados, mas ocupar o

---

(15) A este respeito, O. Mannoni escreve: «A teoria não pode teorizar a sua relação com a transferência. É, sem dúvida, necessário um ponto obscuro; a teoria estende-se à volta da transferência como a imagem à volta do *punctum calcum*» (O. Mannoni, *Un commencement qui n'en finit pas*, p. 44).

lugar a partir do qual poderia enunciar um saber universal do inconsciente tomado como objecto. Se é certo que o inconsciente do sujeito se encontra em constante laboração, a dizer-se mesmo no discurso que se pretende unicamente teoria consciente do inconsciente, o analista deveria ler este texto como escuta os seus pacientes, quer dizer, procurar na própria teoria os desejos inconscientes do homem Freud. Mas como ele próprio se encontra à procura de uma teoria, será antes levado a examinar os conceitos e as hipóteses, a adoptá-los ou a elaborar os seus em oposição àqueles. A leitura e a interrogação do filósofo serão diferentes. A obra de V. Descombes, *L'inconscient malgré lui*, mostra-no-lo bem.

A oposição entre o ponto de vista empírico e o ponto de vista transcendental atravessa toda a história da filosofia desde Platão<sup>(16)</sup> até Descombes, passando por Kant que, sabemo-lo, tinha feito dela o eixo da sua interrogação e do seu pensamento. O grande interesse da obra de Descombes está em afrontar a seguinte questão fundamental: para aquele que adopta a hipótese do inconsciente, a enunciação do verdadeiro continua a ser possível, e, se sim, como? Notemos, em primeiro lugar, que «a enunciação de um enunciado verdadeiro não é ainda a enunciação do verdadeiro». Eis o fio condutor. Acrescentemos que a função própria do discurso filosófico consiste, segundo Descombes, em enunciar as leis da enunciação do ponto de vista da enunciação do verdadeiro. Trata-se de uma lógica transcendental. Pertence à teoria da enunciação expor o conceito de inconsciente. Descombes chega a afirmar que o inconsciente é um conceito especulativo, que não pode ser sujeito de um enunciado positivo ou científico. Tais teses têm com que surpreender o psicanalista, e merecem que as olhemos de mais próximo.

---

(16) Ver *A República*, Livro II, 358e-368e.

Ao leitor de boa fé, que quer saber em que consiste a psicanálise, Freud responde que qualquer homem sabe que há em si coisas que lhe desagradariam comunicar a outrem, que há também outras coisas que escondemos de nós próprios. A regra fundamental da análise é a de que o paciente diga tudo o que lhe ocorre ao espírito. À observação do seu interlocutor de que a psicanálise procede como o rito católico da confissão, Freud responde: na confissão, o pecador diz o que sabe, é condição para que seja absolvido; na análise, o paciente deve dizer mais do que sabe para ser curado<sup>(17)</sup>. Descombes reconhece, aqui, dois sentidos ao termo «inconsciente». Por um lado, Freud reconduz o ouvinte a uma experiência que faz pressentir a presença de pensamentos inconscientes; por outro lado, ele afirma que a cura supõe uma desigualdade do saber relativamente ao discurso: no discurso transferencial, o inconsciente diz-se sem o conhecimento do sujeito. Encontramos nesta passagem, nota Descombes, duas definições implícitas do inconsciente e há contradição entre elas. Uma vez, o inconsciente significa o que o sujeito não quer dizer (segredo); outras vezes, o que ele não sabe dizer e que diz contra a sua vontade no sintoma. Não é possível levantar este equívoco a não ser que nos confrontemos com a questão prévia da enunciação. A hipótese do inconsciente, se tomarmos o termo no segundo sentido, implica que é impossível ao sujeito saber quem é, e dizer este saber com conhecimento de causa. Logo, «a tese do inconsciente não tem sentido senão referida ao sujeito da enunciação: ele não sabe o que diz» (p. 15). A teoria da enunciação e a teoria da divisão do sujeito explicam porque é que o sujeito diz mais do que quer dizer, outra coisa que não o que pensa dizer. «O equívoco do su-

---

(17) S. Freud, *Ma vie et la psychanalyse*, NRF, Col. Idées, pp. 101-104.

jeito é imaginar que sabe o que diz, e que diz o que quer, portanto, que sabe o que quer. Na realidade, ele ignora o que quer e fica a sabê-lo por vezes à sua custa, ouvindo o que diz. Mas não ouve tudo o que diz» (p. 140). É justamente isto que, pelo seu trabalho interpretativo, o analista deixa ouvir ao seu analisando. Mas o sujeito dividido entre a sua vontade e o seu desejo inconsciente, agarra-se ao que sabe para se defender contra o que diz sem saber, isto é, os seus desejos recalçados e os seus conflitos. É o que os analistas designam por resistência.

Mesmo os enunciados verdadeiros podem servir de alibi, sobretudo eles. O que faz dizer a Descombes que a enunciação de um enunciado verdadeiro não é ainda a enunciação do verdadeiro. «Do ponto de vista da enunciação, há ilusão do sujeito acerca de si próprio (desconhecimento) e tentativa de enganar o Outro quando o verdadeiro não é dito» (p. 74). Os enunciados servem, então, para omitir ou censurar o que haveria para dizer, o pertinente, na circunstância. É necessário abster-se de confundir o Outro com o outro, quer dizer, meu semelhante, um outro sujeito como eu. «O Outro é o lugar original da linguagem» (p. 130). Não é nenhum sujeito falante particular. Também não é a ordem simbólica de que falam Lacan e os seus discípulos. O conceito de Outro dá contra exclusivamente das condições universais da enunciação, enquanto que a ordem simbólica contém em si enunciados positivos.

Ao fazer do inconsciente um fenómeno da enunciação, Descombes opõe-se à teoria que faz dele um efeito da vontade. A identidade do sujeito é assegurada pelo Outro. O que explica que o sujeito está necessariamente dividido. «O dito com dois sentidos, o sujeito quer o que diz e, sem o saber, diz o que não quer, mas deseja [...] O Outro pode entender que o sujeito não quer o que deseja, que abomina o seu desejo; ou que o sujeito não deseja o que quer...» (p. 77).

Há equívoco ou desconhecimento, porque o sujeito da enunciação (sujeito do desejo) «dizendo o que quer no enunciado, [...] não diz nele (conscientemente) ou não sabe que nele diz (inconscientemente) o seu desejo» (p. 140). É porque o Outro pode ouvir o que o sujeito diz sem o saber, que são possíveis a análise e a interpretação. «O Outro é um lugar de enunciação, definido pela sua alteridade ao sujeito, lugar em que se encontra situado, na ocasião, tal ou tal sujeito para dizer a lei» (p. 124). A lei a dizer é a lei da enunciação. Não as leis diversas que regulam os enunciados dos diversos tipos de discurso, mas a lei que transcende as diferenças entre os discursos e que é condição de enunciação do discurso como tal.

À primeira abordagem distinguiremos três grandes tipos de discurso: o discurso de acção, o discurso positivo, o discurso filosófico. A palavra litúrgica ou sacramental é um discurso de acção. É operatória no sentido em que produz o que diz: «baptizote em nome [...] Os teus pecados são-te perdoados [...]». Do mesmo modo, o feiticeiro ou o *shaman* mantêm um discurso de acção. Atribui-se a este uma eficácia simbólica. A palavra interpretativa do analista procura, também ela, operar uma transformação naquele a quem se dirige. Mas o analista pretende ultrapassar o nível do curandeiro, do mágico ou do feiticeiro. Ele considera que o seu discurso releva do saber, e mesmo do saber positivo. A sua intenção é atribuir, aos sujeitos lógicos dos seus enunciados, predicados que em verdade lhes pertencem, que os descrevem correctamente. Como sublinha V. Descombes, todo o saber positivo pressupõe a separação do observador e do observado. O sujeito da enunciação coloca aquilo de que fala como distinto dele, independente dele. O lugar de enunciação próprio do discurso positivo torna indizível, para este discurso, o modo de presença do sujeito da enunciação em qualquer enunciado sobre o mundo, so-

bre os outros. A ciência faz abstracção do sujeito da enunciação porque postula que, se o enunciado científico é verdadeiro, o mesmo acontece para todos, qualquer que seja o sujeito que o produz. Assim, a lógica formal trata das regras de ordenação e de combinação dos enunciados. Para estabelecer as leis de uma dedução válida, por exemplo, ela não tem que invocar o sujeito de enunciação. Procurar a lei transcendental da enunciação do verdadeiro, é ocupar um outro lugar de enunciação, efectuar uma outra divisão do dizível e do indizível. Pertence ao discurso filosófico dizer a lei transcendental da enunciação «se a lei do discurso filosófico acarreta uma divisão do dizível e do indizível tal que:

1 — Nela *se pode* dizer o universal — o que vale para todos — sem se ter, por isso, de exceptuar a si mesmo;

2 — Nela *não se pode* dizer o universal exceptuando-se a si próprio» (p. 146).

O que significa sustentar que o discurso filosófico é um discurso especulativo e dialéctico. Enunciando a lei transcendental da enunciação, o sujeito sabe que fala não somente de todas as *outras* enunciações, mas também dessa enunciação pela qual ele enuncia a lei. O universal próprio do Outro não é o de um enunciado positivo ou empírico qualquer. A proposição positiva não pode dizer a identidade do sujeito do enunciado e do sujeito da enunciação. Este último escapa-lhe sempre.

O que sucede, então, ao discurso psicanalítico? Depende do discurso de acção, do discurso positivo, do discurso especulativo, ou de um outro género? É conhecida a paixão que puseram os analistas, de Freud a Roustang<sup>(18)</sup>, em distinguir o seu saber do discurso especulativo, quer dizer, da sistematização filosófica. Parece, efectivamente, por outro lado, que a análise não é redu-

---

(18) Ver F. Roustang, *Un destin si funeste*, pp. 82-83.

tível nem a um discurso de acção, nem a uma ciência positiva no sentido ordinário do termo. Como poderia o sujeito analista gozar de um privilégio de extraterritorialidade relativamente ao objecto de que fala, o inconsciente? Não reconhece ele que a sua transferência, isto é, a mobilização dos seus desejos e fantasmas inconscientes, é um instrumento indispensável para interpretar o que os seus pacientes lhe dizem?! Por outro lado, a sua preocupação é bem a de reconhecer o desejo singular de cada um dos seus pacientes, de se abster de reduzir os conflitos inconscientes deles aos seus próprios.

A tese avançada por V. Descombes não deixará de surpreender os analistas. Ele afirma que o inconsciente é um conceito especulativo, que não pode ser sujeito de um enunciado positivo ou atributivo. Se o analista pensa fazer ciência positiva, equivooca-se, não apenas acerca do trabalho que realiza, mas também sobre o estatuto do seu saber e sobre o lugar do inconsciente. Na proposição positiva, há distinção entre o sujeito do enunciado que é o ponto fixo das atribuições, e o sujeito da enunciação, que efectua a operação pela qual os predicados são atribuídos ao sujeito do enunciado. O sujeito da enunciação não aparece em lado nenhum no enunciado positivo. É, contudo, inegável que o sujeito da enunciação é o agente da ligação das representações no enunciado. O que cabe à proposição especulativa é incluir o sujeito da enunciação *no objecto do qual fala*. O sujeito de enunciação reconhece que se expõe, se representa a ele mesmo pela mediação das representações que ele liga ao sujeito do enunciado sob a forma de predicados. Uma vez que o discurso positivo, na sua preocupação de objectividade, pressupõe a separação entre a coisa posta em presença (em objecto) e o sujeito que dela fala, o sujeito da enunciação nunca é mencionado na proposição positiva e não pode sê-lo.

Aquele que pensa sustentar um discurso

positivo sobre o inconsciente ilude-se, porque fala de si próprio sem saber. Não pode levantar este desconhecimento a não ser que reconheça como especulativos os conceitos de inconsciente e de enunciação. Vem a caber à filosofia a elaboração de uma teoria do inconsciente, «se é verdadeiro que o conceito de inconsciente deve ser definido na diferença do sujeito do enunciado e do sujeito da enunciação, e que esta diferença, por sua vez, nunca pode constituir objecto de uma proposição positiva ou atributiva» (p. 169). Esta tese de V. Descombes mereceria uma longa análise porque não é fácil de entender. Ela chocará, sem dúvida, tanto os psicanalistas como os filósofos. Não nos é possível examinar no pormenor todos os argumentos de V. Descombes. É, em todo o caso, certo que ele procura pôr fim tanto à miragem de um saber filosófico absoluto de estilo hegeliano, como à miragem de um saber psicanalítico absoluto de estilo hegeliano, como à miragem de um saber psicanalítico que diria, em enunciados positivos ou atributivos, a relação do sujeito de enunciação com o que ele enuncia. Cada tipo de discurso efectua uma divisão específica do dizível e do indizível. O que é indizível no discurso positivo, pode ser dizível no discurso especulativo e vice-versa. Assim, a lei da enunciação do verdadeiro é indizível para o discurso positivo. E o discurso especulativo não pode dizer a pulsação empírica dos desejos singulares. O que nos reconduz à oposição clássica entre ponto de vista empírico e ponto de vista transcendental.

O estatuto paradoxal da psicanálise prende-se com o facto de ela não ser redutível nem a um discurso de acção, nem a um discurso positivo ou científico, nem a um discurso filosófico. Bastará, para a compreender nas suas três dimensões essenciais que são a transferência, a interpretação e a teoria, dizer as relações que ela estabelece com cada um destes géneros de discurso? Seria, antes, necessário reconhecer que ela cons-

tituí um quarto género de discurso? De momento, eu não saberia responder a esta questão.

De que lugar é possível ouvir o inconsciente, e dizer em verdade o que o dito inconsciente enuncia sem o saber? A partir de que lugar de enunciação seria possível dizer as relações entre a psicanálise e o discurso filosófico sobre o inconsciente, e, portanto, de arbitrar o conflito entre eles? Do psicanalista F. Roustang ou do filósofo V. Descombes, quem tem razão? O primeiro pretende que a especulação filosófica apenas pode desconhecer o inconsciente; o segundo afirma que o psicanalista se engana quando recusa admitir que o conceito de inconsciente é um conceito especulativo, e não um conceito positivo. Os teóricos do inconsciente pensam subtrair-se à «rotina especulativa» em favor dos conceitos positivos de inconsciente e de enunciação. V. Descombes considera, pelo contrário, que apenas a teoria especulativa da enunciação permite dar ao conceito de inconsciente um sentido definido e levantar o equívoco que se encontra no próprio Freud. Este conceito especulativo de enunciação não deixa de se repercutir na própria cura, porque implica uma concepção particular do recalçamento e do retorno do recalçado, da transferência e da dissolução da transferência. Em suma, o psicanalista que pretende, por preocupação de positividade científica, manter-se virgem de toda a especulação filosófica, só pode desconhecer o estatuto dos modos de enunciação que são a transferência, a interpretação, a teoria. O filósofo V. Descombes pratica, a respeito do discurso teórico do psicanalista, uma operação análoga àquela que este pratica sobre o discurso dos seus pacientes. Enquanto o analista ouve, no discurso transferencial do analisando, outra coisa que não o que este pensava e queria dizer, o filósofo ouve, no discurso do analista, outra coisa que não as proposições atributivas que este pensava e queria enunciar. Segundo V. Descombes, o

psicanalista utiliza, sem saber e contra sua vontade, um conceito especulativo de inconsciente. Como saber quem tem razão neste debate?

Há um lugar de enunciação de onde eu poderia ouvir simultaneamente o discurso do analisando, o do analista, o do filósofo, e de terminar o lugar do inconsciente, o seu conteúdo e o estatuto que se reporta a este campo? Pode o conceito de Outro, elaborado por V. Descombes, livrar-nos de dificuldades? Poderíamos acreditá-lo se fosse verdade que a identidade do sujeito da enunciação *lhe* é assegurada pelo Outro, que ouve o dito inconsciente no enunciado consciente, se é verdade que «o Outro e, como tal, infalível» visto que é «a condição pressuposta de qualquer declaração do verdadeiro» (p.130). Mas é preciso que nos recordemos que o Outro é apenas um lugar, não um sujeito de enunciação de todo o discurso. Esta lei só é representável quando representada num discurso elaborado por um sujeito. Entre a própria lei de qualquer enunciação e a enunciação efectiva desta lei por um sujeito empírico singular, não se insinua sempre o *écran* do fantasma inconsciente e, por conseguinte, o desconhecimento?

A nossa situação insuperável é bem aquela em que nenhum discurso pode reduzir à unidade a pluridade dos discursos heterogêneos. Não conhecemos discurso que seja instância última nem sujeito de enunciação que esteja liberto de todo o ponto obscuro. A identidade do sujeito e o limite do seu dizer prendem-se, ao mesmo tempo, ao lugar de enunciação donde ele fala e às identificações inconscientes do sujeito em relação a outros sujeitos singulares. Há, portanto, fortes razões para acreditar que a caverna de que nos falava Platão seja a nossa morada permanente. Restaria explicar a nossa morada permanente. Restaria explicar a nossa inextripável convicção de que o verdadeiro se indica a ele próprio no nosso discurso.



INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

## Torne-se leitor da Biblioteca do ISPA

(Rua Jardim do Tabaco, n.º 44, 1100 Lisboa, Telef. 86 31 84/5/6)

Últimas publicações periódicas recebidas:

- **BULLETIN DE PSYCHOLOGIE** — Vol. 37, N.º 11-14, Mars/Juin 1984
- **CURRENT CONTENTS — Social and Behavioral Sciences** — Vol. 16, n.º 25, June 1984
- **DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY** — Vol. 19, N.º 6, Nov. 1983
- **EDUCATIONAL PSYCHOLOGY** — Vol. 4, N.º 1, 1984
- **EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL PSYCHOLOGY** — Vol. 14, n.º 2, Apr./June 1984
- **JOURNAL OF ABNORMAL PSYCHOLOGY** — Vol. 92, N.º 4, Nov. 1983
- **JOURNAL OF EDUCATIONAL PSYCHOLOGY** — Vol. 75, N.º 6, Dec. 1983
- **JOURNAL OF OCCUPATIONAL BEHAVIOR** — Vol. 5, N.º 2, Apr. 1984
- **JOURNAL OF PERSONALITY AND SOCIAL PSYCHOLOGY** — Vol. 45, N.º 6, Dec. 1983
- **PSYCHOLOGICAL ABSTRACTS** — Vol. 70, N.º 6, Dec. 1983
- **REVUE INT. DU TRAVAIL** — Vol. 123, N.º 2, 1984
- **SOCIOLOGIE DU TRAVAIL** — N.º 1, Janv./Mars 1984
- **ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES** — N.º 51, Mars 1984
- **AUTREMENT** — N.º 51, Mars 1984; N.º 61, Juin 1984
- **INFANCIA Y APRENDIZAJE** — N.º 25, 1984
- **REVUE FRANÇAISE DE PSYCHANALYSE** — Tome 47, N.º 5, Sept./Oct. 1983

---

**HORARIO:** Das 10.00 às 13.00 horas  
Das 15.00 às 21.00 horas